



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Curso de Pedagogia

Bárbara de Caldas Melo

**Políticas Públicas de acesso ao ensino superior:
o caso da graduação em enfermagem**

Brasília

2024

Bárbara de Caldas Melo

**Políticas Públicas de acesso ao ensino superior:
o caso da graduação em enfermagem**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Educação da Universidade de
Brasília como requisito parcial para a obtenção
do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.a Girlene Ribeiro de Jesus

Brasília

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Dp De Caldas Melo , Barbara .
Políticas Públicas de acesso ao ensino superior: O caso da graduação em enfermagem / Barbara De Caldas Melo ;
Orientador: Girlene Ribeiro de Jesus. Brasília, 2024.
19 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Pedagogia)
Universidade de Brasília, 2024.

1. Políticas publicas. 2. Ensino superior . 3. Enfermagem
. I. Ribeiro de Jesus, Girlene, orient. II. Título.

RESUMO

A educação superior está crescendo em todo o mundo devido à demanda do mercado de trabalho por profissionais qualificados. No Brasil, a oferta de vagas no ensino superior não corresponde à demanda por formação acadêmica, mas sim às expectativas do mercado. A maioria das vagas é oferecida pela rede privada, com um número significativo de matrículas. Existem políticas de incentivo ao acesso, como o FIES e o PROUNI, que facilitam o ingresso dos estudantes no ensino superior, no entanto, mesmo com essas políticas, muitos estudantes enfrentam barreiras para permanecer na instituição devido aos custos envolvidos. A expansão dos cursos de enfermagem levanta questões sobre a qualidade da formação oferecida. O aumento da demanda por enfermeiros destaca a necessidade de ampliar a discussão sobre o papel social e a precariedade do trabalho. No Distrito Federal, o aumento dos cursos de enfermagem reflete a necessidade de profissionais na região. Apesar dos esforços das políticas de acesso, muitos estudantes enfrentam desafios para permanecer na graduação. A mobilidade social proporcionada pelo acesso ao ensino superior deve ser acompanhada de medidas para garantir a permanência e conclusão dos cursos. Mais pesquisas são necessárias para entender a situação dos bolsistas e a eficácia das políticas de acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: Ensino Superior; PROUNI; FIES; Enfermagem.

ABSTRACT

Higher education is growing around the world due to the job market's demand for qualified professionals. In Brazil, the supply of places in higher education does not correspond to the demand for academic training, but rather to market expectations. The majority of vacancies are offered by the private network, with a significant number of enrollments. There are policies to encourage access, such as FIES and PROUNI, which facilitate students' entry into higher education, however, even with these policies, many students face barriers to remaining at the institution due to the costs involved. The expansion of nursing courses raises questions about the quality of training offered. The increase in demand for nurses highlights the need to expand the discussion about the social role and the precariousness of work. In the Federal District, the increase in nursing courses reflects the need for professionals in the region. Despite the efforts of access policies, many students face challenges in remaining in graduate school. The social mobility provided by access to higher education must be accompanied by measures to guarantee the retention and completion of courses. More research is needed to understand the situation of scholarship holders and the effectiveness of access policies to higher education.

Key words: Higher Education; PROUNI; FIES; Nursing.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVO	10
3. MÉTODO	10
4. DESENVOLVIMENTO	11
5. CONCLUSÃO	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18
MEMORIAL FORMATIVO	20

1. INTRODUÇÃO

A educação superior vem se expandindo em todo o mundo, devido a demandas do mercado de trabalho por mão de obra qualificada. Além dessa questão, evidencia-se a busca pelo reconhecimento profissional e social, além do retorno financeiro, cerca de duas vezes maior se comparado à formação na educação básica (Schewartzman, 2018).

A oferta de vagas no ensino superior no Brasil não corresponde às demandas por formação acadêmica, mas às expectativas do mercado da educação superior. Não obstante, para o setor do ensino superior privado existem subsídios públicos para incrementar o acesso, mesmo sem perspectivas para vagas no mercado de trabalho (Schewartzman, 2018).

O censo da Educação Superior de 2021, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aponta que foram oferecidas mais de 22,6 milhões de vagas em cursos de graduação, sendo que a rede privada ofertou 96,4% do total de vagas em cursos de graduação e a rede pública correspondeu a 3,6% das vagas ofertadas. O número de matriculados chegou a mais de 8,9 milhões, sendo que as instituições de ensino superior (IES) privadas tiveram uma participação de 76,9% no total de matrículas na graduação, enquanto a rede pública dispôs de 23,1% das vagas (INEP, 2021).

O Plano Nacional de Educação (PNE) visa, na meta 12, elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Os resultados do relatório de monitoramento de 2024 evidenciam que as taxas nacionais de matrículas na graduação estão em 40,5%, a taxa bruta, e 25,9%, a taxa líquida, resultados ainda longe da meta (Brasil, 2024).

Na escolha das carreiras e cursos de nível superior, existe uma evidente estratificação dos custos e dos requisitos de acesso ao curso e permanência na IES pelos estudantes, o que faz a decisão pelo curso de graduação ocorrer pelas condições de ingressar em um curso mais competitivo e de pagar pelos custos da educação, com investimentos de tempo e dinheiro (Schewartzman, 2018).

É notada uma massificação do ensino superior na década de 1990, com o investimento do governo no financiamento de recursos para o setor privado, com o objetivo de elevar os índices de escolaridade da população (Vargas Carneiro; Bridi, 2020).

Diante disso, para a entrada no ensino superior, atualmente, existem políticas de incentivo ao acesso. No ensino superior público, o ingresso se dá por meio de vestibular tradicional e/ou Sistema de Seleção Unificada (SISU), que oferta vagas com o uso da nota do Exame Nacional do Nível Médio (ENEM), enquanto o setor privado aceita os estudantes com nível médio concluído que se dispõem a pagar pelo curso superior, acessando-o por meio de vestibulares simplificados, concessão de bolsas e oferta de vagas da própria IES. Além disso, para acesso às IES particulares, existem incentivos concedidos pelo poder público por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI) (INEP, 2021).

DAS POLÍTICAS DE ACESSO À PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

As oportunidades de acesso ao ensino superior privado por meio do FIES têm como objetivo conceder financiamento em cursos de graduação de IES que aderem ao programa, oportunizando juros zero e uma escala de financiamento para pagar as prestações respeitando o limite de 10% da renda da família e a partir da conclusão do curso de graduação, com prazo para quitar a dívida em no máximo 14 anos (Brasil, 2001).

O PROUNI, institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005, oferece bolsas de estudo - integrais e parciais - em cursos de graduação em IES da rede privada. No que se refere ao público alvo do programa, pode participar da seleção:

O candidato com renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até 1,5 salário mínimo, para obter a bolsa integral, que cobre a totalidade do valor da mensalidade do curso. Já para a bolsa parcial, que cobre (50%) do valor da mensalidade, a renda mensal per capita exigida é de até 3 salários mínimos, além das seguintes condições:

- tenha cursado o ensino médio integralmente em escola da rede pública;
- o ensino médio integralmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;
- o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;
- o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista parcial da respectiva instituição ou sem a condição de bolsista;
- o ensino médio integralmente em instituição privada, na condição de bolsista parcial da respectiva instituição ou sem a condição de bolsista;

- seja pessoa com deficiência, na forma prevista na legislação;
- seja professor da rede pública de ensino, exclusivamente para os cursos de licenciatura e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica (Brasil, 2024).

Mesmo com os esforços das políticas de acesso ao ensino superior, mais de três quartos dos estudantes matriculados em IES encontram-se na rede privada, na qual os estudantes mais vulneráveis e menos preparados enfrentam várias barreiras, tanto de ingresso em um curso pago, quanto de permanência na instituição, devido a gastos durante o curso (OECD, 2021).

O Fies e o Prouni são estratégias relevantes para a expansão do acesso ao ensino superior, essenciais na democratização do acesso ao ensino superior, visto que antes da criação desses programas, a educação superior era muitas vezes inacessível para uma grande parcela da população, especialmente para aqueles que dependiam exclusivamente de escolas públicas. O Fies e o Prouni reduziram significativamente as barreiras financeiras, possibilitando que um número maior de jovens ingresse em universidades e, conseqüentemente, tenham maiores chances de mobilidade social. Porém, como dito por Senkevics (2021), outros limites devem ser notados, como a formação básica insuficiente dos jovens estudantes, dificuldades de permanência no curso, altos índices de evasão e, por vezes, inserção precária no mercado de trabalho.

Dados do Censo da Educação Superior de 2021 evidenciam que na rede privada os cursos de graduação com maior número de matrículas são: Direito, com mais de 610 mil matriculados (18,3%), Psicologia, com cerca de 260 mil matriculados (7,8%) e Enfermagem, que é o foco do presente estudo, com aproximadamente 245 mil matriculados (7,2%). A escolha do curso, geralmente, tende à busca pelo acesso menos dificultoso ao mercado de trabalho (INEP, 2021).

Em relação ao curso de enfermagem, há notadamente um aumento no número de IES e vagas destinadas ao curso de graduação. Por um lado, há um aumento da oferta de profissionais, o que é crucial para melhorar a cobertura e a qualidade dos serviços de saúde, especialmente em áreas mais remotas ou vulneráveis. Por outro lado, essa expansão também levanta questões sobre a qualidade da formação oferecida. O rápido crescimento do número de cursos pode levar a uma oferta de educação de qualidade variável, dependendo das condições institucionais, do corpo docente, e da infraestrutura disponível (OECD, 2021).

Frente ao exposto, questiona-se se como tem sido o acesso ao curso superior em enfermagem por meio do financiamento estudantil?

2. OBJETIVO

Investigar como tem sido o acesso ao Ensino Superior por meio do Prouni e do FIES para o curso de Enfermagem evidenciando a realidade do Brasil e do Distrito Federal.

3. MÉTODO

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa com análise documental e revisão de literatura. Os documentos selecionados compõem um conjunto de informações para compreensão de fatos e circunstâncias baseando-se no uso de materiais impressos, textos, legislações, portarias, relatórios públicos e decretos sobre o tema em questão (Flick, 2013). Para a etapa de revisão de literatura foi estruturada no formato PRISMA elaborado a partir das etapas: 1) identificação do problema; 2) revisão da literatura; 3) avaliação dos dados; 4) análise de dados e 5) apresentação dos resultados (Moher et al., 2009).

Para realização do estudo, a questão de pesquisa evidencia *Quais são os aspectos históricos do acesso ao Ensino Superior por meio do FIES e Prouni para o curso de Enfermagem?* e foram delimitados os seguintes critérios de inclusão dos artigos, publicações na biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), teses e dissertações disponíveis no catálogo da CAPES e documentos oficiais publicados pelo INEP, com recorte temporal de publicações entre 2014 a 2023, no idioma português. As palavras-chave utilizadas para busca foram: "PROUNI", "FIES", "ENFERMAGEM", "POLÍTICAS PÚBLICAS" e "ACESSO", associadas com o operador Booleano AND, em busca de respostas relacionadas a questão de pesquisa, com documentos e artigos elencados entre março e setembro de 2024.

Para a seleção a partir dos critérios de inclusão dos artigos, foi realizada a leitura de título e resumo, e quando compatível com o objetivo da pesquisa, procedeu-se à leitura completa da publicação, para assim, desenvolver a discussão. Para a coleta dos dados dos documentos oficiais, procedeu-se à leitura e seleção das informações coerentes para consolidação da pesquisa.

Para o levantamento de dados das IES que ofertam cursos de graduação em enfermagem no Brasil, a investigação foi baseada no cadastro do e-MEC, selecionando

os cursos de graduação em Enfermagem autorizados e em atividade, na modalidade presencial, excluindo curso extinto; curso em extinção; curso não iniciado e curso em desativação.

Dessa forma, decorrendo a leitura de literatura pertinente ao tema e reflexões sobre documentos disponíveis para análise foi possível realizar a análise do contexto do acesso ao curso de graduação em enfermagem por meio de políticas de financiamento estudantil, cruzando dados do Brasil e também da realidade do Distrito Federal.

4. DESENVOLVIMENTO

A CRESCENTE DA GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM NO BRASIL

O ensino de Enfermagem no Brasil surgiu com o Decreto nº 791 de 1890, com a chegada da Família Real, instituindo a primeira escola de Enfermagem brasileira formalmente criada em 1923, a pioneira Escola Anna Nery, no Rio de Janeiro. Em 1955, a Enfermagem passa a ser reconhecida como profissão, pela Lei 2.604/1955, regulamentando o exercício da profissão pela Lei 7.498 de 1986 (Brasil, 1986; Kletemberg, Siqueira, 2003; Rizzotto, S/N).

A expansão dos cursos de enfermagem no Brasil foi crescente, apresentando uma distribuição espacial dos cursos concentrados em cidades que apresentam maior desenvolvimento econômico e social. Hoje, os locais com maior número de profissionais de enfermagem estão localizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Passos, 2022; COFEn, 2024).

Observa-se um enorme contingente de trabalhadores de enfermagem atraindo interesses do mercado de serviços, proporcionando um menor retorno financeiro aos trabalhadores, e ainda contribui para o aumento das IES privadas na oferta de cursos de graduação a preços acessíveis e não muito conceituados nas avaliações. Com isso, é possível observar que a proliferação de instituições que visam o lucro, limita-se à oferta de cursos baratos, com índices baixos de avaliação, notadamente a desequilibrada distribuição geográfica de cursos e vagas.

Hoje, de acordo com dados atualizados do Censo da Educação Superior de 2021 e do e-MEC de 2024, o Brasil conta com 1.223 cursos de graduação em enfermagem em

atividade, distribuídos em 855 IES. Os concluintes dos cursos de graduação, equivalem a $\frac{1}{3}$ dos ingressantes (INEP, 2021).

Figura 1: Número de IES que ofertam o curso de Enfermagem no Brasil, de 2010 a 2021.

Ano	IES	Cursos	Ingressos	Matrículas	Concluintes
2010	508	632	61.465	209.892	36.832
2011	544	665	61.012	209.813	41.661
2012	557	675	67.258	199.238	40.548
2013	562	676	70.145	194.112	27.240
2014	581	694	83.458	214.516	24.628
2015	598	720	78.840	226.105	29.452
2016	649	782	90.251	238.190	29.788
2017	691	825	105.666	259.987	32.072
2018	749	889	116.536	278.167	37.319
2019	802	937	129.511	290.774	35.916
2020	803	941	130.307	300.921	36.468
2021	855	1000	174.103	351.445	43.906

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>

O aumento do quantitativo de vagas, por meio de políticas públicas de ampliação do acesso, proporcionou o acesso de camadas antes excluídas do ensino superior. Porém, não se pode deixar de observar a problemática frente à qualidade do ensino e à permanência na IES, uma vez que garantir o acesso não é suficiente (Vargas Carneiro; Bridi, 2020).

ACESSO AO CURSO DE ENFERMAGEM POR MEIO DO FIES E DO PROUNI

Dados consolidados das estatísticas do Ensino Superior de 2022, apontam que no curso de Enfermagem, em IES privadas com acesso pelo FIES, constam 19.584 matriculados, correspondendo a 11,7% das vagas disponibilizadas para o curso. Enquanto no acesso pelo PROUNI constam 29.778 matriculados, correspondendo a 6,6% dos beneficiários (INEP, 2022).

Figura 2: Variação percentual sobre os cursos de enfermagem no Brasil, comparando pública x privada, presencial x EAD, FIES x PROUNI, público feminino x masculino. Comparativos do ano de 2021.



Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>

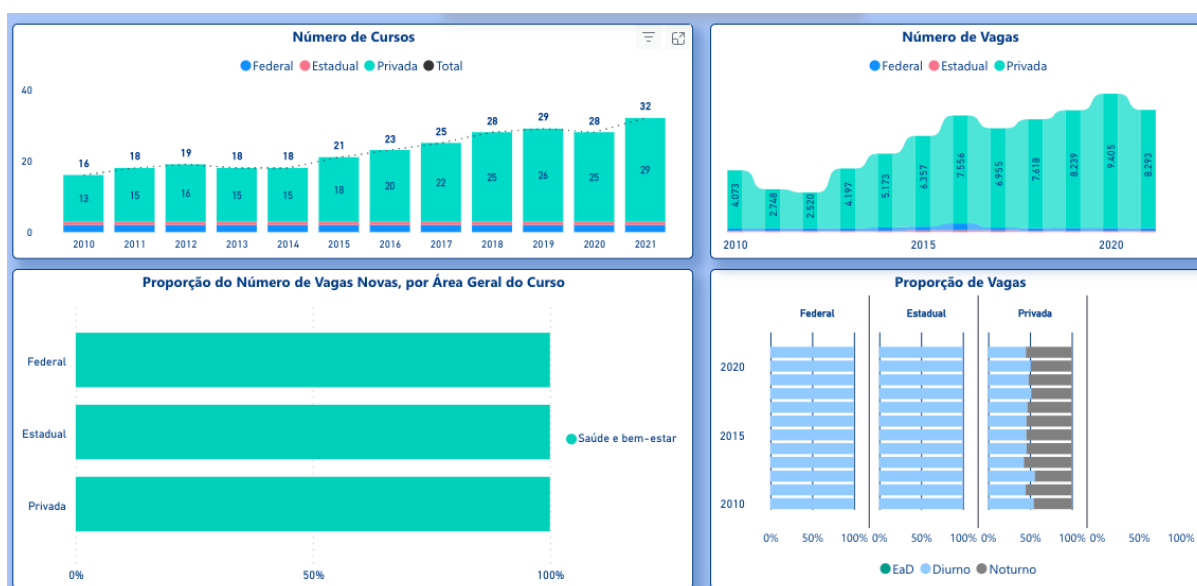
Ao analisar os gráficos que evidenciam os dados dos cursos de enfermagem no Brasil em 2021, verifica-se que 67,6% (577 IES) das instituições ofertam ensino privado e 78,7% (672 IES) delas ofertam vagas pelo Prouni. Um apontamento incomum apresentado nos gráficos, contrariamente ao que é apresentado na literatura, é a porcentagem do público masculino com variação maior do que o feminino no período analisado. Não obstante essa variação positiva maior, de acordo com Oliveira et al. (2020), em relação à distribuição por sexo, 9 em cada 10 profissionais de enfermagem são do sexo feminino.

Um estudo realizado por Martins et al. (2019), sobre a expansão dos cursos de enfermagem no Brasil entre 2004 e 2017, as regiões Nordeste e Sudeste encontram-se destacadas frente ao percentual de criação de novos cursos neste período. Há uma porcentagem maior de IES particulares, todavia, elas não proporcionam uma cobertura homogênea, mas têm uma expansão considerável em regiões anteriormente carentes de opções educacionais, como o interior do país e áreas menos desenvolvidas economicamente.

O aumento dos cursos de graduação em enfermagem evidencia a relação de enfermeiros por habitantes e o tipo de modelo de atenção à saúde no Brasil, além da necessidade da ampliação da discussão sobre o papel social do enfermeiro e a redução da precariedade no mundo do trabalho (Martins et al., 2019).

Enfermeiros são um componente relevante nos cuidados à população. De acordo com o Panorama de Saúde da América Latina e Caribe (OECD, 2023), valores apontados evidenciam a média de 103 enfermeiros por 10.000 pessoas calculado para a América Latina. No Brasil, os valores estão em média de 78 enfermeiros para cada 10.000 pessoas. Os locais em destaque pela menor proporção de enfermeiros por habitantes é o estado do Pará, com 11 enfermeiros por 10.000 habitantes, enquanto São Paulo apresenta a maior proporção, com valores de 143 enfermeiros para 10.000 habitantes e o Distrito Federal com 51 enfermeiros por 10.000 habitantes.

Figura 3: Número de cursos, número de vagas e proporção de novas vagas entre instituições federais, estaduais e privadas para a Enfermagem no Brasil.



Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>

A figura ilustra, no Brasil, uma média crescente no número de cursos de graduação em Enfermagem, de 2010 a 2021, na esfera privada, e manutenção com poucas variações de cursos em IES públicas. O número de vagas para a graduação em enfermagem nas IES, apresentados no gráfico, apresenta-se crescente no período avaliado, com destaque para a oferta de vagas em instituições privadas, que contou com mais de 8 mil vagas ofertadas entre 2017 e 2020, já a rede pública manteve estável seu número de vagas.

Analisando a proporção de vagas entre as IES federal, estadual e privada, nota-se que existe demanda de acesso ao ensino superior no período noturno, oferta inviabilizada pelos cursos das IES federal e estadual, enquanto cerca de 50% desta cobertura é oferecida

pelas IES privadas. Este fato envolve questões relacionadas à necessidade de trabalho por parte desta população que trabalha e estuda.

O expressivo aumento no número de IES e vagas pode ser considerado positivo para os cuidados em saúde para a população, por outro lado, essa questão ainda não resolveu o problema da concentração de enfermeiras(os) em certas localidades do país, com distribuição desproporcional do ensino e da força de trabalho de enfermagem por todo o território nacional (Soares, Oliveira, 2022).

A expansão dos cursos de enfermagem reforça o processo de mercantilização do ensino, resultando em um processo de ensino descomprometido com as necessidades de saúde e baixos investimentos na qualidade do ensino e capacitação profissional (Martins et al., 2019).

É notada que a expansão de cursos e vagas de graduação em enfermagem no Brasil ocorreu de forma rápida, pouco planejada e impulsionada pelo setor privado para exploração de nichos de mercado, com pouca percepção das demandas locais e diferenças regionais de saúde e educação (Soares, Oliveira, 2022).

O aumento da demanda de acesso ao ensino superior é explicado devido ao esperado retorno econômico, visto que um trabalhador com diploma de graduação ganha, em média, 2,3 vezes mais que um trabalhador de nível médio. Se o trabalhador tiver mestrado ou doutorado, seus rendimentos superam os valores do nível médio em 4,4 vezes, na realidade brasileira (Vargas Carneiro; Bridi, 2020).

A ampliação do ensino superior brasileiro transitou de um sistema de "elite" para um sistema de "massas". Dentre as necessidades da formação no ensino superior, são perceptíveis as necessidades das transformações do sistema, buscando elevar a qualidade da oferta, redução das disparidades do acesso, garantia de permanência e conclusão do curso (Vargas Carneiro; Bridi, 2020).

Oliveira et al. (2020) reforçam a necessidade de análises frente ao número de vagas ofertadas e à taxa de eficiência dos egressos dos cursos de enfermagem, com o aproveitamento desses profissionais no mercado de trabalho, repensando a distribuição dos cursos e profissionais pelas regiões do Brasil.

A ENFERMAGEM NO DISTRITO FEDERAL

Conhecer a realidade dos cursos de enfermagem no Distrito Federal (DF) faz parte do objetivo deste estudo, por ser a localidade no qual estamos inseridos. Como é possível

notar, a existência de uma amplitude de serviços de saúde no Distrito Federal espelha-se em uma qualidade volumosa de IES formadoras de enfermeiros, em uma região com aproximadamente 3 milhões de habitantes e uma diversidade de demandas em cuidados à saúde.

O Distrito Federal, referenciado pela cidade satélite de Brasília, teve seu primeiro curso de graduação em Enfermagem na rede pública federal, na Universidade de Brasília (UnB), aprovado pela Resolução do Conselho Diretor nº 28 de 1975. No âmbito privado, no DF, enfermagem é o 2º curso de graduação com maior número de matrículas. Dos 28 cursos de Enfermagem no DF, 11 são ofertados em IES que possuem vagas pelo PROUNI como forma de ingresso (UNB, 2015; SEMESP, 2019).

Figura 4: IES que ofertam cursos de enfermagem em Brasília- DF

Brasília - DF					
Ano	IES	Cursos	Ingressos	Matrículas	Concluintes
2010	11	13	1.831	5.640	802
2011	13	15	1.736	5.998	1.136
2012	14	16	2.400	5.861	1.079
2013	13	15	3.913	6.723	759
2014	13	15	4.351	8.690	793
2015	15	18	4.984	10.205	1.089
2016	17	20	4.852	11.328	1.173
2017	19	22	4.111	11.446	1.631
2018	22	25	4.170	11.323	1.797
2019	23	26	4.223	11.005	1.769
2020	21	25	3.612	9.578	1.726
2021	25	28	3.064	8.942	1.607

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>

O número de IES que ofertam o curso de graduação de enfermagem no DF mais que duplicou nos últimos 10 anos. Instituições públicas se mantêm em duas - UnB e ESCS, enquanto as demais são instituições privadas localizadas em diversas cidades satélite, responsável por mais de 95% dos ingressantes na graduação.

O DF possui uma vasta rede hospitalar e de clínicas, o que requer mão de obra qualificada para atender à grande demanda de profissionais da área de enfermagem. De

acordo com dados do Conselho Regional de Enfermagem (COREn-DF), o DF conta com 20.711 enfermeiros registrados e atuantes na região (COFEn, 2023).

Observando a meta 12 do PNE, relacionando os dados do DF frente a matrícula na educação superior, os valores apresentam porcentagem melhores do que índices gerais do Brasil, visto que a taxa bruta de acesso à matrícula no ensino superior está em 65,2% em 2023, enquanto a taxa líquida está 44,3%, um dos únicos estados do Brasil a superar a meta proposta ao país (Brasil, 2024).

5. CONCLUSÃO

O ensino superior no Brasil é caracterizado, em sua maior parte, pelo ensino privado, enquanto o ensino superior público apresenta pequenas variações de crescimento. Dentre as possibilidades de acesso à graduação, duas políticas públicas oportunizam o ingresso por meio do FIES e PROUNI.

Para o curso de graduação em Enfermagem, o ingresso tem sido bastante facilitado pelas políticas públicas de acesso, porém sem evidências de apoio à permanência na graduação, comum tanto ao Brasil, quando no Distrito Federal.

É difícil conhecer o perfil e informações relevantes sobre os bolsistas pelo acesso dificultado aos dados oficiais de abrangência nacional, boa parte das pesquisas são realizadas nas próprias IES em consultas específicas de cada instituição de ensino. Além disso, o e-MEC não oferece leitura adequada e tabelada dos dados das IES para análises individuais, visto a inadequação do sistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024. – Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf

BRASIL. Lei no 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências.1986. Disponível em

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm

BRASIL. Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260compilado.htm

BRASIL. Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. Portal único de Acesso ao Ensino Superior. Ministério da Educação. 2024.

Acesso: <https://accessunico.mec.gov.br/prouni>

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Relatório de linha base: 2018.

Metas. Disponível em: https://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php

BRASIL. Portal único de acesso ao ensino superior. FIES. Ministério da Educação. 2001.

Disponível em <https://accessunico.mec.gov.br/fies>

COFEN. Quantitativo de profissionais por região. Conselho Federal de Enfermagem. 2024.

Disponível em:

https://descentralizacao.cofen.gov.br/sistema_SC/grid_resumo_quantitativo_profissional_externo/grid_resumo_quantitativo_profissional_externo.php

FLICK, Uwe. Introdução a metodologia de pesquisa. Tradução: Magda Lopes, revisão: Dirceu da Silva. Porto Alegre. Penso, 2013.

INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inep, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>

KLETEMBERG, Denise Faucz; SIQUEIRA, Márcia T. A. Dalledone. A criação do ensino de enfermagem no Brasil. Revista Cogitare. 2003. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/viewFile/1695/1403>

MARTINS, Letícia Katiane; RODRIGUES, Rosa Maria; SOUZA, Raphael Klein de; CONTERNO, Solange de Fátima Reis; LUZ, Mateus Souza da. Expansão dos cursos de graduação em Enfermagem no Brasil entre 2004 e 2017. Enferm. Foco 2019; 10 (6): 63-69. Disponível em <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2369/652>

OECD. Primary Health Care for Resilient Health Systems in Latin America, OECD Health Policy Studies, OECD Publishing, Paris, 2021. <https://doi.org/10.1787/743e6228-en>.

OECD. Panorama da Saúde: América Latina e Caribe 2023. The World Bank, OECD Publishing, Paris, 2023. <https://doi.org/10.1787/047f9a8a-pt>.

OLIVEIRA, Ana Paula Cavalcante; VENTURA, Carla Aparecida Arena; SILVA, Francisca Valda da, et al. O estado da Enfermagem no Brasil. Rev. Latino-Am. Enfermagem 28 • 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rlae/a/nwPZbvKYp6GNLsZhFK7mGwd/?lang=pt#>. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.0000.3404>

PASSOS, Simone Cardoso. Características, distribuição e qualidade dos cursos de enfermagem no Brasil em 2021. Programa de pós-graduação em medicina e saúde humana. Escola bahiana de medicina e saúde pública. Tese de Doutorado. 2022. Disponível em: <https://repositorio.bahiana.edu.br/jspui/bitstream/bahiana/7681/1/Simone20Cardoso%20Passos>

MOHER, David; LIBERATI, Alessandro; TETZLAFF, Jennifer; ALTMAN, Douglas. PRISMA Group. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. PLoS Med. 2009 Jul 21;6(7):e1000097. doi: 10.1371/journal.pmed.1000097. Epub, 2009

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. A origem da enfermagem profissional no Brasil: determinantes históricos e conjunturais. Faculdade de Educação. Unicamp. S/N. Disponível em https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Maria_Lucia_Frizon_Rizzotto_artigo.pdf

SCHWARTZMAN, Simon. Perspectivas para a educação superior no Brasil. Capítulo 25. Desafios da Nação: artigos de apoio. De Negri, João Alberto, Araújo, Bruno César Pino Oliveira de, Bacelette, Ricardo (Org.) p. 333- 353. 2018. Disponível em https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180413_desafios_da_nacao_artigos_vol2_cap25.pdf

SEMESP. Mapa do ensino superior. Distrito Federal. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/centro-oeste/distrito-federal/>

SENKEVICS, Adriano Souza. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais (V. 3 | N. 4). Disponível em <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/4892/3887>

SOARES, Fabiana Alves; OLIVEIRA, Bruno Luciano Carneiro Alves de. Privatização e desigualdades geográficas na distribuição e expansão do ensino superior de enfermagem no Brasil. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Maranhão, Brasil. Rev. Bras. Enferm. 75 (04), 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0500>

UNB. História do curso de enfermagem da Universidade de Brasília. Disponível em: <https://fs.unb.br/historiaenfunb>

VARGAS CARNEIRO, Luci Annee; BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 146-158, jan./mar. 2020. e-ISSN: 1982-5587. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12059/8802>